

Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano



Capa da revista *Shimmy* (detalhe).

Cristiana Schettini

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora da Universidade de San Martín (USAM/Argentina). Bolsista do Conicet. Autora do livro *Que tenhas teu corpo*: uma história das políticas da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. crischettini@gmail.com

Fabiane Popinigis

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Autora do livro *Proletários de casaca*: trabalhadores no comércio (Rio de Janeiro, 1850-1920). Campinas: Editora da Unicamp, 2007. fpopinigis@gmail.com

¹ João do Rio, "D. Joaquina", *A mulher e os espelhos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, 27 [1919].

² Entre eles o de Julia O'Donnell, *De olho na rua: a cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

³ Autores como Jeffrey Needell e Margareth Rago, no Brasil, mostraram como o desejo de consumo de uma prostituição cara era parte da identidade entre homens de elite. Cf. NEDELL, Jeffrey, *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, e RAGO, Margareth, *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁴ Foi a maior reforma urbana da história da cidade até aquele momento: desapropriaram-se terrenos a preços muito baixos, destruindo habitações populares para construir casas, palacetes, galerias, teatros e fachadas impressionantes. Através de projetos de administração "neutra e racional" do espaço urbano, baseados em princípios científicos de higiene, tomavam-se decisões políticas sobre quem ganharia com as mudanças modernizadoras, e sobre quem pagaria as contas. Entre os trabalhos iniciais destacamos: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (org.), *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985, Jayme Larry Benchimol, *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A Renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992, MEADE, Teresa, "Civilizing" *Rio: reform and resistance in a Brazilian city, 1889-1930*. University Park: Pennsylvania State University Press, 1997. Sobre a preocupação dos poderes públicos com habitações coletivas de trabalhadores desde o século XIX, bem como sua importância política na desagregação da instituição escravista, ver CHALHOUB, Sidney, *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Cia. das letras, 1996, capítulo 1. CARVALHO, José Murilo de, *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*.

Empregados do comércio e prostitutas na formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro republicano

Cristiana Schettini

Fabiane Popinigis

RESUMO

Este artigo é o resultado do encontro de duas pesquisas sobre trabalho e sociabilidade de grupos de trabalhadores e trabalhadoras na cidade do Rio de Janeiro das últimas décadas do século XIX e início do XX pouco estudados pela historiografia: os empregados no comércio (chamados então de caixeiros) e as prostitutas. Nossa intenção foi retomar e aprofundar a conexão entre duas linhas de pesquisas que tenderam a desenvolver-se de forma paralela, e que só recentemente tem encontrado frutíferos pontos de diálogo: a que se concentrou no mundo de sociabilidade e diversão popular carioca, e a que se dedicou ao campo da história do trabalho. Procuramos assim contribuir para o debate sobre o fazer-se da classe trabalhadora carioca de forma mais abrangente em relação aos grupos que a compõe, assim como para incluir definitivamente as formas culturais como de fundamental importância nesse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Prostitutas, caixeiros, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This article is the result of the encounter of two researches about work and sociability in Rio de Janeiro during the last decades of the XIX century and the beginning of the XX century, specially between two groups of workers poorly studied by the historiography: commerce employees (called clerks) and prostitutes. Our intention was to resume and deepen the connection between two lines of research that tended to become parallel, and that only recently found fruitful points of dialogue: the one that concentrated on the world of sociability and popular Carioca amusement, and the one that dedicated itself to the field of labour history. We seek to contribute to the debate about the making of the working class in Rio a more comprehensive way in relation to the groups that it is composed of, and also to definitely include the cultural forms as fundamentally important to this process.

KEYWORDS: Prostitutes, clerks, Rio de Janeiro.



Passeando pelas praças do centro do Rio de Janeiro em um fim de semana do início do século XX, um famoso cronista da cidade descrevia o movimento da multidão:

Nesses dias, o jardim e as calçadas ficam cheios de homens do povo endomingados. Na poeira, entre as árvores, no som das músicas vindas dos estabelecimentos de

diversão, na própria irradiação da luz parece vibrar o instinto dos brutos soltos. As mulheres paradas lembram velhas aranhas à espreita. E os homens, de comum simples e tímidos pela ausência de convívio feminino, nesses dias aos bandos criam coragem e transformam a falta de ousadia em grosseria, em brutalidade, no desejo de amesquinhar, de ferir. São trabalhadores braçais, carroceiros, operários de jornal, e d'alma parecem crianças grandes. Dão gargalhadas, lançam dichotes, fazem propostas alvarmente, chegam ao encontrão, ao murro. Só, cada um deles teria medo de se aproximar. Juntos criam como que uma coragem vingadora.”¹

João do Rio foi um dos cronistas mais conhecidos do Rio de Janeiro. Seu olhar de *flâneur* sobre os cantos, práticas e grupos populares de uma cidade desconhecida para certos setores sociais foi fonte e objeto de muitos estudos.² A poeira, a música, os bandos de trabalhadores e as mulheres que pareciam velhas aranhas faziam parte de um mesmo cenário que este autor descrevia com estranhamento — aqui, especificamente, os arredores da Praça Tiradentes. Sua curiosidade sobre este ambiente de diversão, que favorecia o encontro de homens “brutos” com prostitutas “à espreita”, no entanto, não era suficiente para entender o que seus olhos viam. Estas “crianças grandes” lhe permitiam afirmar-se, por contraste, como um homem adulto, racional, de bom gosto. Assim, além de reafirmar a distância social entre homens elegantes e trabalhadores braçais, as observações do cronista nos sugerem a centralidade das relações estabelecidas com certas mulheres no espaço público para a construção da identidade social de uns e outros.

A incompreensão frente aos sentidos da convivência entre certos grupos de homens e mulheres nas praças e ruas do Rio de Janeiro parece ter sido tão persistente como essas mesmas práticas frente às velhas prostitutas. A importância da figura da prostituta francesa para a definição da identidade e de certa sociabilidade masculina entre membros da elite paulista e carioca já foi bem estabelecida pela bibliografia.³ Menos atenção, no entanto, foi dada aos sentidos da interação entre prostitutas e homens que se divertiam pelos cafés cantantes, bares, restaurantes e pensões baratas. Neste artigo queremos sugerir conexões entre versões de masculinidade e hierarquias sociais que uniam e separavam diferentes grupos de trabalhadores que se encontravam e se divertiam com prostitutas por estes espaços.

O bota-abaxo e a reestruturação do espaço urbano carioca realizados pelo prefeito Pereira Passos e sua equipe entre 1902 e 1906⁴, acabou assumindo sentidos políticos de desarticular não só tradições e práticas culturais populares, mas também uma cultura política arduamente tecida entre os trabalhadores e suas lutas pelo fim da escravidão.⁵ Embora os primeiros estudos tenham focado prioritariamente as tensões entre os “populares” e os “poderes públicos”, também foi dada crescente atenção às tensões internas — como as de gênero, étnicas e nacionais.⁶

A desarticulação de espaços de sociabilidade urbana envolveu também as relações sociais estabelecidas em torno a casas de comércio, teatros, cafés cantantes, casas de prostituição e uma variedade de outras atrações. Desde fins do século XIX, uma vida noturna de diversões, — marcada por segregações de classe e de gênero —, começou a ser articulada exatamente na mesma região que concentrava muitas moradias coletivas. Era esse centro urbano vivo e heterogêneo o cenário dos encontros que vamos focar neste artigo, entre uma variedade de trabalhadores urbanos — em

São Paulo: Cia. das letras, 1987. Além do clássico artigo de PECHMAN, Sérgio e FRITSCH, Lillian; “A reforma urbana e seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século”, *Revista Brasileira de História*, v.5, n.8/9, set.1984/abr.1985.

⁵ Dedicada em um primeiro momento às transformações no espaço urbano e ao seu impacto na organização da vida social, a bibliografia sobre o período passou a dedicar-se à experiência social de sujeitos e grupos “populares” em meio à transformação urbana e social que marcou os primeiros anos do regime republicano. Algumas referências obrigatórias são: SEVCENKO, Nicolau, *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001 [1986], CUNHA, Maria Clementina Pereira, *O Espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, ESTEVES, Martha de Abreu, *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; RIBEIRO, Gladys Sabina, *Mata galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense, 1990; SOHIET, Rachel, *Condição feminina e formas de violência* Rio de Janeiro: Forense, 1989.

⁶ Entre outros ver: ESTEVES, Martha de Abreu, *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, São Paulo: Fapesp, 1999, CAUFIELD, Sueann, *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000; CUNHA, Maria Clementina Pereira, *Ecos da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Cia. das letras, 2001; GRAHAM, Sandra Lauderdale, *Proteção e obediência: as criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992; GREEN, James, *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora

Unesp, 2000. Para uma análise detalhada da construção dos espaços de resistência de escravos e libertos, africanos e crioulos ver SOARES, Eugênio Líbano, *A negregada instituição: os capoeiras na Corte imperial, 1850-1890*. Coleção Biblioteca Carioca, vol. 31. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994. Uma versão mais recente sobre estes espaços e sua dinâmica encontra-se em FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano, *Cidades Negras*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2006.

⁷ Esta dimensão foi trabalhada em mais detalhe nas nossas pesquisas de doutorado. Cf. SCHETTINI, Cristiana, *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro republicano*. Rio de Janeiro: Ed. Do Arquivo Nacional, 2006 e POPINIGIS, Fabiane, *Proletários de casaca: trabalhadores no comércio carioca (1850-1911)*; Campinas, S.P. Ed. Da UNICAMP, 2007.

⁸ Entre a bibliografia sobre história do trabalho para o Rio de Janeiro do período, entre as quais destacamos BATALHA, Claudio de Moraes, *O Movimento Operário na Primeira República*. Edição/reimpressão: 2000. Páginas: 80. Editor: Jorge Zahar e MATTOS, Marcelo Badaró (org.) *Trabalhadores em greve, polícia em guarda: Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto/FAPERJ, 2004. Entre tentativas recentes de superar as distâncias entre os dois campos de reflexão, ver PEREIRA, Leonardo, "E o Rio dançou: identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)", CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.), *Carnavais e outras f(r)estas*. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2002 e do mesmo autor, *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

⁹ A confusão entre a situação do pequeno proprietário e do empregado, aspirante à condição do primeiro, levou os intelectuais a considerarem os caixeiros de duas formas: entre a posição de classe média baixa ou como parte de um proletariado marginal e não organizado institucionalmen-

te, sua maioria solteiros, de diferentes nacionalidades, graus de alfabetização e funções no comércio — e de mulheres, majoritariamente brasileiras, associadas ao trabalho sexual.⁷

Entre tantos sujeitos sociais, escolhemos enfocar em especial os caixeiros de bares e botequins porque eles desenvolviam algumas das atividades de maior visibilidade no lazer urbano. Ao servir homens e mulheres de diferentes classes, eles presenciavam uma variedade de encontros e relações sociais e com frequência participavam ativamente destas relações. Tanto os caixeiros como as prostitutas nos permitem retomar e aprofundar a conexão entre duas linhas de pesquisas que tenderam a desenvolver-se de forma paralela, e que só recentemente tem encontrado frutíferos pontos de diálogo: a que se concentrou no mundo de sociabilidade e diversão popular carioca, e a que se dedicou ao campo da história do trabalho.⁸

Os caixeiros pouco foram estudados como parte da classe trabalhadora. A maioria das abordagens da historiografia brasileira tende a descartá-los por sua suposta falta de consciência de classe e irrelevância para os movimentos sociais.⁹ Também as prostitutas apenas recentemente têm sido tratadas pelo viés da história do trabalho, e não apenas pela história da sexualidade.¹⁰ Abordar as prostitutas e os trabalhadores do comércio em conjunto é, portanto, uma estratégia que nos leva a trabalhar na interseção da história do trabalho e da cultura dos trabalhadores, enfatizando a dimensão de suas vidas e ações que foram fundamentais para a articulação de certas identidades de classe. Por muito tempo, buscou-se a classe trabalhadora carioca em homens e mulheres organizados politicamente e em ação nos seus lugares de trabalho, postura que levou a uma exclusão destes homens e mulheres cujos trabalhos cotidianos não entram numa definição restrita de classe. O diagnóstico já foi feito há tempos pela historiografia brasileira, mas ainda há muito a se fazer no sentido de repensar as categorias que dão conta da experiência dos trabalhadores que ocupavam as ruas do Rio neste período.¹¹

Para tentar contribuir a uma aproximação entre questionamentos próprios à história social do trabalho e os estudos sobre o cotidiano popular carioca, enfocaremos encontros entre homens e mulheres que negociaram socialmente suas identidades sociais em função de experiências de trabalho em lugares de diversão. Este recorte viabiliza o enfoque de interações sociais entre diferentes sujeitos em contextos que se definem na intersecção entre experiências de trabalho e de lazer. Seguindo as pistas e sugestões de três décadas de história social carioca, consideramos que estes eram âmbitos importantes nos quais se delinearam os contornos de culturas trabalhadoras masculinas no Rio de Janeiro, mais além da participação dos trabalhadores braçais observados por João do Rio.

Este artigo é resultado de nossas pesquisas de doutorado que foram realizadas de forma independente e paralela, mas que terminaram encontrando-se de várias maneiras. Por um lado, a pesquisa sobre a experiência social das prostitutas "de janela" nos primeiros anos do Rio de Janeiro republicano mostrou a centralidade dessas mulheres para a definição de identidades e da sociabilidade de diferentes grupos masculinos, em especial de trabalhadores jovens e solteiros em seus momentos de diversão numa região cujos significados culturais e políticos estavam em plena mudança. Por outro lado, a pesquisa sobre a sociabilidade e a organização política dos trabalhadores no comércio apontou para a importância das noções de

masculinidade na definição de diversas hierarquias dentro dos mundos do trabalho em geral, e mais especificamente dentro do diversificado universo de funções do trabalho no comércio. Assim, reiteradamente, nos deparávamos com estes homens e mulheres encontrando-se nos mesmos cenários urbanos — seus ambientes de trabalho, que também era de diversão —, nas diferentes séries documentais que compunham nossas pesquisas individuais. Aos poucos, fomos formulando uma percepção de que a interação entre eles constituía um ponto de vista privilegiado para abarcar uma negociação cotidiana de identidades sociais. Ao longo deste artigo tomaremos exemplos de algumas de nossas séries documentais: certa imprensa humorística, alguns jornais de grande circulação, e, sobretudo, processos criminais.

Prostitutas e caixeiros no Rio de Janeiro republicano

A reforma urbana de acordo com padrões de civilização e modernidade franco-ingleses foi marcada pela emergência de categorias profissionais com projetos nacionais liberais e pela consolidação de uma ideologia de higiene, a partir de uma concepção de ciência como sinal de modernidade cultural e ideias de regeneração da nação a partir do branqueamento.¹²

Mas, ao contrário de seus vizinhos, o Brasil foi um país monárquico e escravista até o fim da década de 1880. Por conta disso, o processo de modernização que caracterizou toda a região neste período, no caso brasileiro, ganhou matizes.

A legitimação de uma modernidade escravista passou pelo pacto entre a classe senhorial e a Coroa em torno da escravidão ilegal de milhares de africanos.¹³ A força política adquirida pela união da classe proprietária em torno do governo imperial em 1850 possibilitou a aprovação de leis que garantiriam o funcionamento do regime escravista até a retomada das discussões em torno da reforma servil, que se concretiza com a aprovação da lei de setembro 1871.¹⁴ A partir daí, abriu-se o processo de crise da monarquia, ligado à insatisfação dos proprietários escravistas com a intervenção da coroa em seus negócios privados, ao crescimento do movimento republicano e abolicionista.¹⁵ As últimas décadas do século XIX abrigaram assim o início de um lento e contraditório processo de desagregação daquele projeto de dominação senhorial, ligado, sobretudo, às ações dos escravos, tanto a partir das ações de liberdade e lutas jurídicas em torno da reivindicação de direitos e cidadania, como de desobediência civil generalizada, fugas, e quilombos urbanos.¹⁶ No começo do século XX, encontramos nas vidas de todos os trabalhadores cariocas dimensões desse processo, seja nas relações de trabalho ou nas relações com as autoridades públicas.

No caso das atividades comerciais, observa-se uma dinâmica que remontava a meados do século XIX: uma maioria de trabalhadores portugueses, que vinham muito jovens para trabalhar na casa de patrícios, muitas vezes familiares ou conhecidos.¹⁷ Entre 1850 e 1870, a chegada de proletários estrangeiros de regiões de Portugal, seria responsável por mudanças na configuração étnica da composição dos trabalhadores urbanos.¹⁸ Ocorreu, de forma geral, uma reconfiguração no mercado de mão de obra nas freguesias urbanas, criando acirrada concorrência ao emprego de cativos nas atividades urbanas e no dinâmico mercado de escravos de ganho e de aluguel, inclusive nos nichos originalmente ocupados por

te, imbuído de uma espécie de “falsa consciência” sobre a sua própria situação social. Cf. MILLS, Wright, *A Nova Classe Média*, 3ª. Ed., Trad. Vera Borda. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. White Pensá-los como middle class antes da década de trinta, no Brasil pode ser uma interpretação mal aplicada de análises para outros contextos. Cf. OWENSBY, Brian, *Intimate ironies – modernity and the making of middle-classes lives in Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1999. No caso da “falsa consciência”, as raízes seriam a relação próxima com os patrões e o trabalho não produtivo do setor terciário, fundando a idéia de que as organizações de classe dos empregados partiam de pressupostos ideológicos equivocados. Cf. TRÓPIA, Patrícia Vieira, “Sindicalismo comercial: retaguarda e conservadorismo político”, em: *Cadernos AEL*, 12/13, Campinas, SP., 2000. Esta versão foi revista POPINIGIS, op.cit., para o caso dos caixeiros cariocas.

¹⁰ Para uma avaliação das tendências historiográficas sobre prostituição, ver GILFOYLE, Timothy, “Prostitutes in history: from parables of pornography to metaphors of modernity”, *American historical review*, (vol.104, n.1, fevereiro 1999), 117-141. Para uma avaliação crítica dos anacronismos moralistas presentes nesta historiografia, ver WHITE, Luise, *The Comforts of home: prostitution in Colonial Nairobi*. Chicago: University of Chicago Press, 1990, 2-10. Um exemplo bem sucedido de uma abordagem da prostituição integrada à perspectiva da história do trabalho na América Latina é PUTNAM, Lara, *The Company they kept: migrants and the politics of gender in Caribbean Costa Rica, 1870-1910*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002. Em relação ao caso carioca, uma abordagem da prostituição como parte da sociabilidade urbana dos trabalhadores cariocas foi sugerida em Cristiana Schettini, op.cit. Ver também MENEZES, Lená Medeiros de, *Os Estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992; MENEZES, Lená Medeiros de, *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-*

1930. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996; KUSHNIR, Beatriz, *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

¹¹ Para um diagnóstico das definições restritas da classe trabalhadora, ver PAOLI, Maria Célia; SADER, Éder e TELLES, Vera da Silva. "Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico". *Revista Brasileira de História*, nº6, 1984. BATALHA, Cláudio; "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. Em Marcos Cezar de Freitas (org.), São Paulo: 1998; CHALHOUB, Sidney e SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, Campinas, S.P.

¹² Sobre a articulação de uma ideologia de higiene, ver CHALHOUB, Sidney, *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996. STEPHAN, Nancy Leys; *A hora da eugenia – raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005.

¹³ Cf. MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; "Revisitando a 'transição para o trabalho livre': a experiência dos africanos livres." Em FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, Cativo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹⁴ Sobre a formação da classe senhorial ver MATTOS, Ilmar, *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. A lei de 1871 libertava o ventre da escrava, estabelecia a prerrogativa do pecúlio e do direito a alforria através da compra e estabelecia a matrícula dos escravos para a criação de um Fundo de Emancipação, corroendo as bases da hegemonia do poder senhorial. Cf. MENDONÇA, Joseli; *Escravos e senhores no parlamento e na justiça*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo (História do Povo Brasileiro), 2001.

¹⁵ Cf. MATTOS, Hebe; "Raça, e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil", em GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.), *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

africanos e descendentes, como o comércio ambulante.¹⁹

O pequeno comércio carioca, entretanto, era dominado por portugueses, que empregavam seus patrícios. Jovens lusos monopolizavam assim a posição de caixeiro, o que alimentava ainda mais o antilusitanismo que atravessou o século XIX e acirrou-se nos anos iniciais da República, tanto pela tradição de desconfiança em relação aos pesos e medidas por eles praticados, quanto pela isenção do serviço militar com a qual eram contemplados.²⁰

O trabalho nas pequenas casas de comércio (especialmente as de secos e molhados, botequins, casas de pasto, casas de cômodo, hotéis, restaurantes e armarinhos) tinha um misto da relação entre artesão e seus aprendizes, num limite muito tênue com a situação do escravo. Por um lado, o jovem branco que fosse capaz de se instalar numa casa de comércio, aprender matemática e idiomas, teria a chance de se beneficiar da "boa vontade" de seu patrão e começar um negócio próprio. Por outro lado, até que isso ocorresse — se ocorresse —, o empregado experienciava uma rotina de trabalho extenuante, insalubre e mal paga, quando remunerada.²¹ Ou seja, sem contrato de trabalho formal e muito próxima, a relação entre patrão e empregado nas pequenas casas comerciais ao longo do século XIX era pautada pelos limites de autonomia que a exploração permitia²². Essa lógica de dominação senhorial, construída durante a experiência da escravidão no século anterior, foi reorganizada após a abolição com a interferência dos governos republicanos, sempre conservando em seu cerne os padrões de dominação paternalista.

No entanto, a brecha deixada pela crise da escravidão possibilitou a explicitação dos conflitos de classe de uma maneira nova. O grande problema dos poderes públicos era disciplinar e regulamentar as relações de trabalho sem acirrar os antagonismos de classe. Para os proprietários, habituados que estavam a obedecer às suas próprias leis, aquilo era uma catástrofe, uma afronta, uma intervenção descabida. Nesse ínterim, vários grupos de trabalhadores que estiveram sujeitos à mais estrita dominação pessoal reconheciam uma nova maneira de reivindicar seu próprio espaço. Para essas camadas ainda tão ligadas ao tom personalista da relação patronal, os termos do diálogo público seguiam a mesma lógica paternalista, muito mais de "pedido" e "concessão", do que de reivindicação e direito.²³ Finalmente, o desafio dos governos republicanos passou a ser reprimir as manifestações explícitas de autonomia cultural e política que, evidentemente, não se haviam criado do dia para a noite, mas que agora procuravam assumir outras formas de representação.²⁴

Tanto as prostitutas como os trabalhadores no comércio do centro da cidade viveram de forma particular o momento de desestruturação das relações sociais de domínio predominantes no século XIX. Os empregados do pequeno comércio entenderam essas mudanças como uma perda de determinados privilégios e possibilidades oferecidas pela carreira no comércio, a saber, a possibilidade virtual ou material de tornarem-se trabalhadores independentes, deixando a condição de empregados rumo ao status de proprietários. Esses trabalhadores viviam então uma mudança tanto no processo de trabalho como nas relações com o empregador: a esse processo chamaremos "proletarização". Concomitantemente, procuravam voltar-se para as lutas institucionais e de coesão classista, na intenção de alcançar as mínimas condições de trabalho e a regulamentação da jornada.²⁵ Essa

nova configuração, portanto, evidenciava os conflitos e as solidariedades que já existiam e criavam novos.

O tema da prostituição, neste sentido, é um bom lugar para ver como se mobilizam as tensões da composição étnica e nacional destes grupos de trabalhadores naquele momento. O aumento inédito da imigração europeia para alguns centros urbanos da América do Sul impactou fortemente nas relações sociais locais. Isso é particularmente visível no caso da prostituição, uma vez que a crescente visibilidade de mulheres brancas europeias no mercado sexual carioca levou a uma complexa construção de estereótipos em que elementos de gênero e étnicos eram combinados a percepções sexualizadas da nação. Neste contexto se entende a articulação de estereótipos da prostituta francesa — personificação da mulher elegante, cosmopolita e civilizada — e da polaca — associada à mulher miserável, rural, e vulnerável a enganos e violências. Esta polarização, bem remarcada pela historiografia, estrategicamente silenciava sobre a maioria de prostitutas brasileiras, mestiças e negras e a atração que elas exerciam sobre uma variedade de homens. A associação entre imoralidade sexual de mulheres e homens estrangeiros se combinava, assim, a uma percepção fortemente sexualizada das mulheres nativas e de suas características físicas afro-descendentes.²⁶

No caso do comércio, a ocupação dos cargos era feita por portugueses em sua quase totalidade em meados do século XIX. Isso criava ainda mais motivos de hostilidades entre nascidos no Brasil e aqueles vindos de terras portuguesas. O estereótipo do português usurário, e do comerciante que roubava nos pesos e nas medidas era talvez tão forte quanto seu oposto: de que imigrantes portugueses aceitavam trabalhos miseráveis que os nacionais se recusavam a fazer.²⁷ No início do século vinte a composição já havia mudado bastante, e os brasileiros disputavam os empregos no comércio em igualdade com os lusos. A maior parte dos pequenos proprietários, entretanto, continuaria sendo de portugueses.

A crescente intervenção do Estado na vida urbana e nas relações de trabalho afetou de modo direto e violento a vida das prostitutas que ocupavam cômodos no centro da cidade — e dos diferentes trabalhadores no comércio que estavam ligados a elas de várias formas. A partir dos últimos anos do século XIX, esta intervenção traduziu-se numa crescente autonomia policial para controlar a visibilidade, localização e costumes destas mulheres, o que terminou afetando não apenas suas vidas e formas de trabalho, como também a de seus vizinhos e clientes. Até o fim do século 19, era comum encontrar prostitutas às janelas de casas localizadas nas proximidades dos teatros e principalmente nas ruas por onde passavam os bondes. Estas ruas foram as primeiras a sofrer com as expulsões policiais, com o intuito de organizar a separação entre as prostitutas e as “famílias honestas”. Olhando mais de perto, porém, fica evidente que havia acordos que organizavam a divisão do espaço urbano e mesmo do espaço interno das casas, nos quais os comerciantes da região, donos das casas de cômodo, exerciam um papel crucial.

O negócio do português Federico Casemiro da Silva, por exemplo, mostra como eram estes acordos quando começou a intervenção policial nos primeiros anos republicanos.²⁸ Até 1897, ele fora dono de um botequim na rua Sete de Setembro, por onde passava uma linha de bonde, e sublocava a casa ao lado. A parte da frente da casa era dividida em três cômodos, que

²⁶ Cf. MATOS, Hebe, *op.cit.* e também CHALHOUB, Sidney, que descreveu este processo em *Machado de Assis, Historiador* – São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²⁷ Para uma análise detalhada da imigração portuguesa e seus significados na construção da nação, bem como da inserção desses imigrantes lusos no comércio do Rio ver RIBEIRO, Gladys Sabina, *A liberdade em construção – Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Faperj, 2002. Ver também LOBO, Eulália Maria Lahmeyer, *Imigração Portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.

²⁸ ALENCASTRO, Luiz Felipe de, “Proletários e escravos – Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro”, em: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, julho de 1998.

¹⁹ A bibliografia sobre o dinamismo desse mercado de trabalho urbano ocupado majoritariamente por escravos e libertos, suas relações sociais e a pulsante vida cultural foi largamente documentado, entre outros, por KARASH, Mary em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²⁰ Cf. POPINIGIS, *Proletários de casaca*, *op.cit.*

²¹ Sobre a situação dos caixeiros na primeira metade do século dezanove ver: MARTINHO, Lenira Menezes, *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Col. Biblioteca Carioca, v. 4. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

²² O conflito ficava implícito, sujeito a explosões que o evidenciavam de tempos em tempos, nos moldes do que J.C.Scott chamou de “hidden transcript” em SCOTT, J.C., *Domination and the Arts of Resistance*. New Haven and London: Yale University Press, 1990.

²³ Este conceito de paternalismo se inspira nos estudos clássicos de Eugene Genovese e E. P. Thompson, mostrando que os dominados resistiam à exploração fazendo os dominantes pensarem que concediam, enquanto na verdade “cediam” à pressão. Cf. GENOVESE, Eugene, *Roll, Jordan, Roll. The world the slaves made*, Nova York, Randon House, 1974;

THOMPSON, E.P., *Costumes em Comum — Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Para uma análise detalhada dessa concepção de paternalismo no Brasil ver “A política cotidiana dos dependentes” em CHALHOUB, S., *Machado de Assis*, op.cit.

²⁴ Nesse momento, quando começara a explodir o tradicional movimento operário, entre greves, piquetes e militância anarquista, socialista e comunista, uma boa parte das instituições de trabalhadores no comércio eram taxadas de “amarelas”. Cf. BATALHA, Cláudio de Moraes, *Le syndicalisme “amarelo” a Rio de Janeiro (1906-1930)*. Tese de doutorado apresentada à Universidade de Paris I: 1986.

²⁵ Cf. POPINIGIS, Fabiane, “As sociedades caixerais e o ‘Fechamento das Portas’ no Rio de Janeiro (1850-1912)”. *Cadernos AEL*, v.6, n.10/11, 1999.

²⁶ RAGO, Margareth, *Os prazeres da noite prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930*, São Paulo, Paz e Terra, 1985; KUSHNIR, Beatriz, *Baile de máscaras: mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996; CAUFIELD, Sueann, “O nascimento do Mangue: raça, nação e o controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942”, *Tempo*, n.9, 2000. SCHETTINI, *Que tenhas teu corpo*, op.cit.

²⁷ Cf. RIBEIRO, Gladys, op.cit.

²⁸ Frederico Casemiro da Silva, proc. 532, caixa 1962, 6ª. Vara Criminal, 1897.

²⁹ Os processos de lenocínio e habeas corpus foram analisados em SCHETTINI, “*Que Tenhas Teu Corpo*”, op.cit.

³⁰ *O Paiz*, 15 de maio de 1896.

³¹ Cf. SCHETTINI, op.cit.

³² Sobre as negociações cotidianas entre os moradores cariocas e as autoridades policiais, ver BRETAS, Marcos, *Ordem na Cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ele sublocava, cada um a uma prostituta. Na parte dos fundos funcionava uma estalagem, também de sua propriedade. Os contatos com as prostitutas eram feitos por sua amásia, a austríaca Adelia Visel, e o casal cobrava aluguéis altos, que nenhum outro morador daquela região poderia pagar. As prostitutas sempre compravam no botequim de Federico, além garantir uma clientela masculina que as frequentavam. Para os moradores do centro da cidade, as prostitutas eram reconhecidas como um tipo muito especial de comércio, mas ainda assim, comércio. Por isso, tinha sentido que elas estivessem instaladas nos cômodos e casas que davam para a rua, enquanto as famílias ficariam nos fundos. Era este tipo de acordo que as campanhas de moralização dos delegados do centro da cidade vinham desarticular.

Muitas destas ações policiais foram parar nos tribunais — tanto na forma de processos de lenocínio contra os donos das casas movidos por iniciativa dos delegados, como em pedidos de *habeas corpus* impetrados em nomes das prostitutas expulsas de suas casas ou presas ilegalmente.²⁹ Os registros judiciais de certos aspectos das experiências de prostituição no Rio de Janeiro são reveladoras das redes de convivência estabelecidas entre elas e outros moradores do centro da cidade. Num pedido de *habeas corpus* que chegou aos tribunais em 1896, encontramos um operário português, um caixeiro brasileiro, e até seu provável patrão, dono de uma taverna. Todos os três estavam dispostos a confirmar, diante do juiz, a violência a que estavam sendo submetidas as prostitutas por parte das autoridades policiais. O negociante até chegou a lamentar-se que, desde que algumas mulheres se haviam mudado, ele passou a “sofrer grande prejuízo em seu negócio, passando a vender metade” do que vendia antes.³⁰ É evidente que o interesse deste homem pelas prostitutas, assim como o dos que alugavam cômodos por valores exorbitantes, passava sobretudo pelo lucro que elas lhes proporcionavam, o que, de resto, evita qualquer risco de idealização do que estamos chamando de redes de convivência entre as prostitutas e seus vizinhos do centro da cidade. Graças à conjunção de interesses e circunstâncias variadas, estes homens aceitaram depor em favor das prostitutas em um caso judicial, algo que não voltaria a ocorrer quando, nos anos 1920, muitas delas terminariam segregadas em bairros mais isolados.³¹

Na outra ponta da hierarquia comercial, percebe-se que o caixeiro brasileiro citado no processo estabelecera uma relação muito mais próxima com as mesmas mulheres, em que outros interesses eram mobilizados. Através de seu depoimento para o *habeas corpus*, ficamos sabendo que ele se encontrava dentro da casa de “uma tal Fanny” exatamente no momento em que ela recebeu a ordem de expulsão do delegado. Foi assim que, entre o dono da taberna preocupado com o prejuízo e o caixeiro preocupado em perder seus encontros com Fanny, muitas mulheres conseguiram tecer uma rede de apoio que não as deixava completamente vulneráveis à ação policial. Isso não impedia, porém que essas mesmas mulheres requeressem, em outros momentos, a presença das autoridades públicas para defendê-las dos abusos dos negociantes ou de violências por parte de clientes. Tratava-se, portanto, de um frágil equilíbrio e de alianças permanentemente negociadas.³²

Os conflitos entre prostitutas, autoridades policiais, caixeiros e negociantes dividiam um mesmo tempo e um mesmo espaço. Estas relações se davam entre certa lógica paternalista e pessoal que organizava as relações sociais e a crescente intervenção do Estado que se fazia presente nas vidas

destas pessoas. Era, portanto, num cenário de instabilidade e mudanças em que se davam os encontros que vamos abordar.

O gênero da escravidão

Para o crescente processo de racialização da sociedade imperial, foi central a difusão de ideologias racistas de branqueamento da população no bojo das discussões e projetos imigrantistas que antecederam a Abolição.³³ Questões ligadas à raça e ao controle das mulheres foram centrais a este processo, que se acirrou após a emancipação, tomando a forma de uma preocupação com a identidade nacional e com a regeneração da nação.³⁴ Neste contexto, a persistência de referências à escravidão ganhava conotações políticas peculiares, e servia a usos variados por parte de muitos sujeitos. Tanto para os trabalhadores do comércio como para as prostitutas, a ideia de escravidão serviu para a formulação de discursos sociais contundentes, associando suas experiências de trabalho à ideia de uma exploração injusta e indigna. Os sentidos de gênero destas formulações, evidentes já nos autores destes discursos (no caso dos caixeiros formulados por eles mesmos, no caso das prostitutas, formulados por terceiros) merecem ser indagados.

Em meio às transformações das relações de trabalho, era significativo que distintos discursos sociais recorressem à experiência da escravidão para expressar a exploração do trabalho de homens e mulheres. O uso da escravidão como uma metáfora da exploração do trabalho assalariado e da exploração sexual feminina também era comum em outras partes do mundo desde meados do século XIX.³⁵ Mas, no Brasil, seu uso ganhava conotações específicas. Tanto nos discursos públicos sobre o trabalho sexual exercido por mulheres europeias como nos discursos produzidos pelo movimento operário, a ideia de escravidão remetia a maneiras ultrapassadas e inaceitáveis de organizar relações de trabalho. Nos casos específicos que analisamos, o termo descrevia situações consideradas como novidade pelos contemporâneos: a percepção da proletarização dos caixeiros e a circulação de dimensões inéditas de mulheres europeias a outras partes do mundo.³⁶

O uso de categorias e vocabulário conhecidos para descrever situações percebidas como inéditas nos permitem identificar os significados sociais e de gênero da agência histórica de homens e mulheres neste período. Enquanto para os trabalhadores no comércio, a metáfora da escravidão legitimava sua luta e ação política, para as prostitutas a escravidão descrevia uma situação de vitimização e passividade. Essa diferença é fundamental para a compreensão das formas como as mulheres participavam dos conflitos entre homens. Ao mesmo tempo, evidencia como se elaboravam as possibilidades de agência histórica masculina no período. Finalmente, a ideia de escravidão, estando relacionada à diversidade de formas de organização do trabalho então vigentes (dependente, tutelado, contratado, doméstico, livre, assalariado), nos sugere as concepções específicas de trabalho e de sexo que informavam aquela sociedade.

Menções à escravidão foram úteis para que, nos primeiros anos do século XX, os empregados no comércio expressassem o sentimento de perda de um passado melhor. Uma denúncia enviada a um diário carioca em 1911, por exemplo, acusava certos patrões de fazer “do empregado um escravo, como os de 50 anos atrás”.³⁷ Nesse caso, o passado nacional incomedamente próximo e desonroso servia para que o autor desqualificasse

³³ Cf. SCHWARCZ, Lilia, *O Espetáculo das Raças — cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Sobre o processo de racialização conferir MATTOS, Hebe, *op.cit.* e sobre a influência do racismo nas discussões sobre imigração no parlamento paulista ver AZEVEDO, Célia Maria Marinho, *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³⁴ STEPAN, N. *op.cit.*

³⁵ Cf. BRISTOW, Edward, *Prostitution and Prejudice: the jewish fight against white slavery, 1870-1939*. Oxford: Oxford University Press, 1982, 35-38.

³⁶ Cf. POPINIGIS, ‘Proletários de Casaca’, *op.cit.* e SCHETTINI, ‘Que Tenhas teu corpo’, *op.cit.*

³⁷ *O Paiz*, 23 de julho de 1911.

³⁸ “Do Brasil Proletário”; *A Terra Livre* – São Paulo (Brasil) – Sexta-feira, 13 de Julho de 1906.

³⁹ WALKOWITZ, Judith, *Prostitution and victorian society: women, class and the state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980 e CORBIN, Alain, *Women for Hire: prostitution and sexuality in France after 1850*. Cambridge, Mass., London, England: Harvard University Press, 1990.

as relações de trabalho entre os empregados no comércio e seus patrões. Ao mesmo tempo, a referência à escravidão legitimava a luta para mudar as condições de trabalho, uma vez que manipulava os símbolos do novo regime ao por em questão os esforços republicanos em distanciar-se do “atraso” do Império.

No mesmo sentido, ao aplaudir a combatividade desta categoria na campanha para regulamentar o horário de funcionamento das casas de comércio em 1906, um anarquista comentou: “Houve energia digna de quem se sente escravo e sente necessidade de liberdade, de quem está resolvido a sacudir o jugo (...)”.³⁸ A referência à escravidão, assim, justifica a decisão da luta e a dignifica.

Há também um forte sentido de gênero na descrição da exploração em termos que legitimam a agência histórica, que fica evidente, por contraste, quando observamos as referências à escravidão no contexto da prostituição. A expressão “escravidão branca” era amplamente empregada para descrever a situação de prostitutas europeias, especialmente aquelas vindas da Europa oriental. Seu poder simbólico entre grupos progressistas, reformistas, conservadores, feministas, puritanos, judeus e católicos, em diferentes partes do mundo, decorria da sua capacidade de articular dimensões de gênero, sexo e raça num único registro. Ou seja, a ideia de mulheres europeias, brancas, sendo prostituídas em lugares distantes, relacionando-se sexualmente com homens de outras “raças”, mobilizava uma variedade de temores racistas e xenofóbicos entre os europeus. Além disso, a comparação entre estas mulheres e escravos negros reforçava de modo particularmente eficaz o efeito da degradação da prostituição, registrando que o trabalho sexual remunerado destas mulheres só podia ser entendido em termos de exploração.³⁹

Mas, no contexto brasileiro, a expressão “escravidão branca” ganhava conotações locais. Em primeiro lugar, a imagem da mulher europeia vulnerável, trazida à América do Sul por força ou engano, envolvia o pressuposto de que mulheres tão vulneráveis só poderiam vir de lugares miseráveis e atrasados. Por isso, no fim do século XIX, era constante a referência a essas mulheres como a “escória” da prostituição da Europa, ou como vítimas da ignorância e da miséria que grassava pelos campos de uma Europa rural e atrasada.⁴⁰ Essa dimensão discriminatória também permitia um silenciamento sobre as prostitutas brasileiras, muitas das quais haviam deixado de ser escravas, literalmente, há pouco tempo, e eram maioria nas ruas do Rio.⁴¹ Estas especificidades não apenas evidenciam uma maneira particular de apropriação de discursos que tinham uma circulação mundial, mas também indicavam o que todos eles têm em comum. Seja no Brasil ou na Europa, a ideia de “escravidão branca” implicava a ausência total de possibilidade de ação por parte das mulheres envolvidas nesta relação de exploração e violência. Elas sempre estavam nas mãos de outros, e à espera de que terceiros as resgatassem.

Confrontados, estes dois usos da metáfora da escravidão se iluminam mutuamente, chamando atenção para aspectos que de outra maneira ficariam obscurecidos. Por um lado, assim, fica evidente a importância do caráter masculino da agência histórica expressa pelos líderes dos trabalhadores do comércio (e também por outros líderes sindicais do período). Esta associação entre virilidade e ação política é central para se entender porque as prostitutas são interlocutoras fundamentais para que estes jovens

trabalhadores dêem forma à sua identidade de homens e de donos de suas vidas. Por outro, os significados raciais da escravidão para as prostitutas, ao defini-las como vulneráveis e vitimizadas, nos permitem entender porque suas participações nestes conflitos tendiam a ser silenciadas.

Entre os trabalhadores que se organizaram politicamente e entre as prostitutas que correspondiam ao caso da “escrava branca”, foram muitos os homens e as mulheres que procuraram ampliar, a partir dos repertórios de gênero disponíveis, suas margens de ação, enfrentando o que consideravam uma exploração inaceitável de seus trabalhos. Não sem certa ironia, estas estratégias foram inspiradas naquelas desenvolvidas pelos escravos brasileiros nas últimas décadas do século XIX, como a de recorrer à Justiça, por exemplo, para garantir o que consideravam seus direitos.⁴²

Trabalhadores do *High Life*

As disputas e solidariedades mobilizadas entre trabalhadores jovens e prostitutas em locais de diversão foram registradas com frequência em processos de agressões físicas leves. Os locais de trabalho que eram também a moradia de muitos caixeiros com pouca ou nenhuma especialização, eram ponto de lazer para homens de diferentes classes sociais. Através dos encontros com diferentes mulheres, muitas das quais associadas à prostituição por sua mera presença nestes locais, certa masculinidade era posta em prática e negociada entre muitos sujeitos. As mulheres, por sua vez, exerciam um papel crucial nas relações de poder e nas hierarquias entre eles.

Os processos de agressões físicas delineiam os contornos do panorama da diversão que propiciava o encontro entre diferentes homens e mulheres. Embora este fosse um período em que um verdadeiro mercado de entretenimentos, composto por teatros, cafés cantantes, cinematógrafos cada vez mais acessíveis a uma quantidade cada vez maior de homens, não apagavam as diferenças sociais entre eles. Longe disso.

O teatro, por exemplo, era no Rio de Janeiro da virada do século uma das opções de diversão de maior sucesso entre homens e mulheres de diferentes classes sociais. Mesmo aqueles que não tinham dinheiro para assistir o espetáculo acabavam criando alternativas de diversão em torno dele. Jovens sem dinheiro (mas muitas vezes com pretensão de distinção social) não teriam outro remédio que conformar-se com os bares e cafés cantantes mais econômicos. O que não poderiam, como alertou um deles aos amigos indecisos na Praça Tiradentes — aquela mesma citada por João do Rio —, e onde se localizavam a maioria dos teatros, era ficar parados no meio da praça, “que isto até nos pode abalar a reputação”, numa referência à fama daquele ponto como lugar de encontros homoeróticos.⁴³ Se escolhessem ir aos cafés cantantes que copiavam nomes franceses, os rapazes terminariam em locais que em nada correspondiam à imagem que eles mesmos valorizavam de uma *belle époque* elegante. A *Maison Moderne*, por exemplo, foi descrita por um cronista como um “parque de diversões”, com carrossel e montanha-russa, e nos fundos, um café cantante, em que os caixeiros serviam cerveja e outras bebidas alcoólicas.⁴⁴ Já o *Stadt Munchen* era um dos poucos lugares que ficavam abertos até a madrugada. Segundo outro observador, ali se concentravam “cocottes baratas”, especialmente as “morenas escuras” que traziam arrastados admiradores, fregueses e amigos. Ali também costumavam aparecer os repórteres e frequentadores

⁴⁰ ROSA, Ferreira da, *O Lupanar. Estudo sobre o cafetismo e prostituição no Rio de Janeiro. Primeira parte da série de artigos publicados n' O Paiz sob a epigrafe 'A podridão do vício'*. Rio de Janeiro: s.ed., 1896.

⁴¹ Donna Guy mostra como o mesmo ocorre em relação às prostitutas argentinas em GUY, Donna, *El Sexo peligroso, la prostitución legal en Buenos Aires, 1875-1955*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1994.

⁴² A história da ativa participação dos escravos urbanos cariocas na desagregação do sistema escravista foi feita em CHALHOUB, S., *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Mais recentemente, a utilização das prerrogativas da lei pelos dominados e como um campo de disputas foi abordada em LARA, Sílvia H. Lara e MENDONÇA, Joseli, *Direitos e Justiça no Brasil – ensaios de história social*. Campinas, S.P. Ed. Da UNICAMP, 2006.

⁴³ NETTO, Coelho, *A Conquista, Sobre a importância da Praça Tiradentes na sociabilidade homoerótica carioca do período*, ver James Green, *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (São Paulo: Ed. Unesp, 2000), 58-68. Há versão em inglês.

⁴⁴ COROACY, Vilvaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

⁴⁵ “Rio à noite”, *Rio nu*, (26 de abril de 1905)

⁴⁶ “Rio à noite”, *Rio Nu*, 27 de outubro de 1900.

⁴⁷ Cf. Processo contra João Ferreira Batista e Domingos Raphael Lourenço, 1903. Cf. OI 949, Arquivo Nacional.

das casas de diversão para uma ceia barata no fim da noite.⁴⁵

A presença das mulheres como empregadas nesses estabelecimentos ainda não era tão significativa como seria a partir da década seguinte, mas ainda assim, muitas as frequentavam, sabendo que isso as colocava na posição de suspeitas de prostituição. Um repórter, que em 1911 visitou por curiosidade um café concerto do centro da cidade, descreveu com visível asco o que ali encontrou: “Tinha gente de toda classe... duvidosa, e notavam-se caras particulares de mistura com fisionomias simpáticas, mas estragadas pela bebida e pelo deboche. Esta freguesia era servida por moças e entre elas viam-se até crianças que, como as outras, eram tocadas, apalpadadas e beijadas pelos fregueses, mesmo os mais repelentes. Ali bebiam-se chopps e outras coisas alcoólicas de toda espécie.”⁴⁶

Mesmo como caixeiras, a presença de mulheres naquele ambiente apenas atestava, a seus olhos, o grau de degradação e o baixo nível do local, reforçado pela vil exploração à qual até mesmo crianças estavam submetidas. Além de registrar uma forma corrente de trabalho sexual infantil no período, o autor indicava o tipo de diversão que entretinha o público masculino de mau gosto e pouco dinheiro.

Apesar do baixo nível dos estabelecimentos aos olhos dos cronistas do período, suas denominações indicavam a importância de padrões estéticos estrangeiros para seus frequentadores. O teatro *High-life*, como o *Maison Moderne*, tampouco era frequentado pela alta sociedade carioca; como seu congênere, também era lugar de diversão de homens em busca de algumas horas de descanso, música, mulheres e cerveja, e de trabalho para outros tantos. A ironia da expressão que lhe dava o nome, porém, não impedia que certas pessoas não fossem consideradas à altura para entrar ali. O então proprietário do *High Life Grass* Domingos considerava que “as mulheres eram bem vindas em sua casa”. Mas Batista, o caixeiro do lugar, ou não tinha os mesmos padrões de julgamento que seu patrão, ou tinha motivos pessoais para, em 1903, ter impedido que Laura de tal entrasse no estabelecimento. Terminou sendo repreendido pelo patrão quando outro frequentador, o alfaiate italiano Francisco Lourenço fez uma reclamação a Domingos, exigindo a entrada da moça.⁴⁷

Na delegacia, onde foram parar por se haverem agredido fisicamente, os dois homens mobilizaram diferentes noções de masculinidade e honra em sua defesa. Como porteiro, o brasileiro João Ferreira Batista, de 20 anos, procurou ressaltar sua constância e estabilidade na função não qualificada que exercia. Flagrante desvantagem em relação ao alfaiate Lourenço: seu ofício, que o elevava à categoria de trabalhador qualificado e autônomo, era fonte de orgulho e lhe permitia distanciar-se do porteiro. Lourenço apressou-se em argumentar, na delegacia, que estava ali para receber um pagamento, pois frequentava a casa apenas para prestar seus serviços de alfaiate, não para divertir-se. Afirmando que “vive exclusivamente de seu trabalho” evidenciava também o desejo de evitar qualquer conexão mais constante ou forte com a meretriz Laura, com medo de ter sua reputação ameaçada, já que o conflito fora originado por sua iniciativa de defender a moça.

O enfrentamento entre os dois homens acabou ajudando a Laura, que acabou podendo entrar, mobilizando tanto a rivalidade existente entre eles quanto a rede de relações estabelecida nesses ambientes. Infelizmente não tivemos acesso à versão de Laura, que escapou de depor.

Respondendo ao inquérito, os dois homens tiveram a preocupação de se mostrar integrados à lógica do bom trabalhador, honesto e comportado. A insistência de Laura em entrar no *High-Life* apesar da negativa do porteiro terminou mobilizando versões diferentes desta lógica. Na delegacia, Lourenço, o defensor da moça, recorreu ao seu ofício para mobilizar uma imagem de homem sério e desvinculado daquele ambiente; mas naquela casa de diversões, seu orgulho masculino e de artesão foi mobilizado para questionar a discricionariedade do porteiro, que era para este último o cerne de suas funções e a marca de seu status profissional.

O caráter público do local do conflito certamente garantiu uma audiência de outros homens e mulheres e, somado ao motivo da contenda — que era a prerrogativa de definir onde Laura poderia entrar —, transformou uma divergência aparentemente frívola numa disputa crucial para estes dois homens sobre as possibilidades de agir autonomamente, sem ser questionado por outros homens. Os argumentos esgrimidos na delegacia indicam como, para cada um deles, esta prerrogativa de ação masculina estava diretamente ligada a valores relacionados ao seu trabalho. A vitória de Laura, neste caso, significou a derrota do porteiro, que teve sua ação coibida pelos interesses de lucro de seu patrão. Mas, embora partilhassem códigos, rivalidades e talvez até algum interesse pela Laura de Tal, os testemunhos desses homens apontam uma diferenciação hierárquica definida através do trabalho e da relação com o lugar e as pessoas em questão.

Hierarquias do comércio

Se esta classe trabalhadora era formada por redes de relações na quais diversos tipos de identidades eram constantemente negociados, o mesmo ocorria entre as diferentes categorias de trabalhadores no comércio. A extrema variedade de funções que eram exercidas sob o mesmo rótulo de “emprego no comércio” explica em parte a dificuldade da historiografia em analisar sua identidade de classe.

A imagem estereotipada do caixeiro arrivista e pelego tem sua origem em situações reais apresentadas nas fontes coevas que retratam o empregado metido a *smart*, aspirante a classe média, como seus pares europeus,⁴⁸ em contraste com a representação nostálgica do caixeiro em períodos anteriores, como morigerado, humilde e poupador.⁴⁹ Outra construção recorrente e frequentemente mobilizada nas explosões antilusitanas era a do comerciante — geralmente português, mesquinho, grosseiro e que roubava nos pesos e nas medidas — do qual o caixeiro era o “representante” mais próximo.⁵⁰ Os jornais e publicações representativas da “classe caixeiral”, e muitas vezes os da grande imprensa diária, ressaltavam a exploração social e material vivenciada pela grande massa de trabalhadores no comércio no Rio de Janeiro da virada dos séculos XIX e XX.

As relações entre estes homens, mediadas por suas atitudes com as mulheres, revelam a realidade que informava os estereótipos associados ao emprego no comércio, nos extremos do extenso espectro de atividades e condição social dos que, de alguma forma, assumiam para si essa denominação.⁵¹ Nesses momentos de conflito, evidenciavam-se as distinções hierárquicas dentro da própria classe. Alguns queriam distanciar-se da imagem do comerciante de secos e molhados grosseiro e brutalizado, cheirando a cebola e cerveja, que vivia enfiado nas pequenas e insalubres

⁴⁸ “É o caixeiro. Não o correto e moderno ajudante de guarda-livros, educado no Havre ou em Hamburgo, que sabe dizer ‘algodão, seda, ferro, máquina de costura’ em três ou quatro línguas e usa ternos ingleses, de flanela; mas aquele outro, educado na escola de primeiras letras da sua aldeia, aperfeiçoado entre os sacos de feijão e as mantas de carne seca do seu armazém; aquele que, a respeito de idiomas, só conhece alguma frases do francês *Bojú mossiú*, *comon portevú* e do espanhol *caramba, mira, salero*: aquele que vai ao teatro duas vezes por anno e todos os outros dias é obrigado a recolher às dez horas — sob pena de ficar na rua para sempre; aquele, enfim, a quem os superiores chamam desdenhosamente ‘marçano’, mas que para toda a gente é e será sempre o caixeiro, o caixeiro autêntico e à antiga, o legítimo, clássico e inconfundível caixeiro.” Cf. “O Herói do Domingo” Em *Revista Kosmos* – Anno 2 – Novembro – 1905 N.11.

⁴⁹ Cf. SENNA, Ernesto. *O Velho Comércio do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 1906.

⁵⁰ Este eternizado pelo personagem João Romão, de Aluizio Azevedo em *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1984.

⁵¹ POPINIGIS, *op.cit.*

⁵² SCHETTINI, *op.cit.*

⁵³ Cf. Processo contra Pascoal Labanca, art.303, 1911. OI – 2660, Arquivo Nacional.

⁵⁴ Cf. *Idem, ibidem.*

⁵⁵ Cf. POPINIGIS, F., “Trabalhadores e patuscos: os caixeiros e o movimento pelo fechamento das portas no Rio de Janeiro (1850-1912)”. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História, IFCH/UNICAMP, 1998.

⁵⁶ Por estes anos, era comum encontrar-se nos processos de expulsão de estrangeiros a acusação intercambiante de cafetismo, ativismo político e de bandido. Todas confluíam para uma ampla e indefinida acusação de não trabalho em rápidos inquéritos nas delegacias com o interesse dos próprios funcionários policiais e potenciais inimigos dos estrangeiros. Sobre isso, ver MENEZES, Lená Medeiros de, *Os Indesejáveis*, *op.cit.* e SCHETTINI, Cristiana, “Viajando solas: práticas de vigilância policial y experiencias de prostitución en la América del Sur”, BRETÓN, Jorge Trujillo (org.), *En la Encrucijada. Historia, marginalidad y delito en América Latina y los Estados Unidos de Norteamérica, siglos XIX y XX*, Guadalajara: Editorial Universidad de Guadalajara, 2010.

⁵⁷ Para os cariocas dos primeiros anos do século XX, a expressão “moço bonito” descrevia um perfil de jovem vaidoso, preocupado com a última moda, não muito amigo do trabalho, dedicado a se divertir com mulheres e tirar vantagem delas, sem se importar com sua honestidade.

casas de secos e molhados espalhadas pela cidade. Ou dos pobres caixeiros de hospedaria, em sua maioria jovens portugueses analfabetos, que com a perseguição à presença das prostitutas no centro da cidade foram alvos da polícia e terminaram acusados de cáftens porque alugavam quartos por hora a casais, seguindo ordens de seus patrões.⁵²

Assim, o termo “empregado no comércio” é vago, e podia referir-se a pessoas tão diferentes como Pascoal Labanca e Casemiro Menezes Júnior no ano de 1911. O primeiro, um italiano de 31 anos, era uma espécie de gerente da *Pension Universelle Italienne*. O outro, um autodenominado “trabalhador do comércio” — de trabalhador não tinha nada: Menezes vivia com o pai, o comendador Casemiro de Menezes, no elegante bairro de Santa Tereza e havia morado por algum tempo num quarto da pensão em companhia de uma de suas moradoras. Menezes, naquele momento sem trabalho, estivera antes empregado na *Light* como caixeiro de escritório (condição superior às outras na hierarquia do comércio). Apesar das diferenças, tanto Labanca como Casemiro identificaram-se, na delegacia, como empregados no comércio.⁵³

Ambos foram parar na delegacia porque terminaram uma discussão aos socos, quando o jovem retornara à Pensão depois de ter sido expulso por Labanca por dívidas. Casemiro acusou Labanca de “cáften e bandido”, e este argumentou que reagiu em “legítima defesa”, embora quase tenha sufocado Casemiro, agarrando-o pelo pescoço.

A imprensa noticiou com vívido interesse o caso. Todas as notícias anexadas ao processo caracterizaram Labanca como “homem de maus precedentes, rancoroso e vingativo”. “Cheio de ira, volumoso, vermelho, atirou-se ao simpático moço”, que era “morigerado e de família distinta, mas que, pela sua compleição física, não pôde lutar com o paquiderme do pseudo proprietário.” E finalmente, uma nota referindo-se a Labanca explicava o seguinte: “Há tipos que, pela grosseria inata de sua natureza, pela grossa brutalidade que resulta de todos os seus atos, são verdadeiramente indignos de conviver mesmo no meio da classe menos civilizada e mais grosseira da sociedade.”

A marca do trabalho manual, indigno, ainda cheirando à escravidão, era o corpo musculoso de Labanca. Do outro lado, o franzino e senhorial ex-caixeiro de escritório (trabalho supostamente intelectual e especializado), não ganhava o pão com o suor do próprio rosto. Certamente a “boa família” à qual Menezes pertencia lhe valeu o apoio da imprensa que mobilizou a seu favor valores caros a certa elite que procurava distanciar-se dos trabalhadores braçais, enquanto Labanca tinha sua ação questionada com base numa versão de masculinidade bruta e irracional. Os depoimentos de seus colegas e patrícios no processo crime, entretanto, descrevem Labanca como “sempre honesto” e “trabalhador”.⁵⁴ Entre outras coisas, sabiam que aquele era o lugar que lhes cabia e o argumento mais eficaz frente à desvantagem em que se encontrava o patrício em relação a Menezes. Afinal, homens pobres como eles eram tratados pela imprensa do período ou pelos poderes públicos do Rio de Janeiro como “trabalhadores honestos” ou “vagabundos”⁵⁵ e a única chance de Labanca era provar que se encontrava entre os primeiros.⁵⁶ No mesmo sentido, o advogado de Labanca, mobilizou uma imagem de Casemiro como um desses “moços bonitos”⁵⁷ que: “Querem frequentar tais mulheres de graça e comem e bebem, às vezes chegam a conseguir morar, como aconteceu com o suposto ofendido, nas pensões,

como se estas fossem as casas das respectivas sogras e como se os proprietários desses estabelecimentos tivessem obrigação de sustentá-los e ainda por cima aturar-lhes os desaforos e as agressões!”

Os depoimentos de processos como esse revelam a mobilização de afinidades e rivalidades anteriores ao conflito. Neste contexto, as mulheres aparecem como fatores complicadores e comprometedores nesse ambiente que é tanto de diversão quanto de trabalho. Os homens envolvidos tomam diferentes atitudes em relação à contenda e à presença feminina, mobilizando versões de masculinidade que se associam ao seu lugar social (no caso de Casemiro) e ao trabalho (no caso de Lablanca). É a eficácia dessas imagens que pauta os testemunhos de defesa ou acusação na mobilização de argumentos verossímeis a favor ou contra os envolvidos.

A maneira como os jornais da grande imprensa trataram o caso e os argumentos que foram utilizados na defesa do réu revelam muito sobre a diversidade de trabalhadores envolvidos no comércio. No caso dos empregados, caixeiros, auxiliares e gerentes, entre outras tantas designações, isso se deu graças às ambigüidades e fluidez de sua posição de classe, evidenciadas, por exemplo, no próprio vestir. A indumentária caixeiral foi cantada em verso e prosa por vários autores contemporâneos, registrando também dessa forma as diferentes leituras a respeito da sua afirmação em relação às demais categorias de trabalhadores. Explico: para Ernesto Senna, um cronista da época que escreve suas memórias saudosistas sobre o Rio de Janeiro “moderno” do início do século XX, o caixeiro não era mais aquele jovem austero que se vestia com simplicidade, o que atestava seu caráter morigerado de trabalhador e poupador. O “novo caixeiro” era um tipo metido a elegante, que seguia as modas de Paris, e que proferia opiniões políticas em meio às baforadas do charuto de avultado preço. Metido a elegante, como enfatiza acidamente outro crítico, ridiculariza os hábitos e o vestuário dos caixeiros mais aprumados. Este observador transparecia grande irritação por estarem meros empregados tentando se equiparar aos “verdadeiros elegantes”, e destilava sua ironia e arrogância sobre eles. Afinal “verdadeiro elegante” não era um trabalhador do comércio, mas aquele que podia arcar com os custos de fazer suas compras na rua do Ouvidor (e não na do Hospício), e de fumar o Havana de Cuba (não o da Bahia). Por mais que se esforçasse em galgar degraus na hierarquia social, seria sempre denunciado por seus hábitos reveladores de sua condição social.⁵⁸

O vestuário sempre foi importante elemento de distinção de classes. No caso dos caixeiros, por um lado os distinguiu dos trabalhadores braçais em geral (carregadores, estivadores, ou ainda operários uniformizados, marinheiros, etc), por consistir em camisa branca de botões, calças e colete pretos (quando modestamente vestidos). Por outro lado, quando mais elaborada, a indumentária os aproximava dos bem nascidos, jornalistas e outros profissionais liberais com o uso do *pince-nez*, da bengala, de determinado tipo de chapéu e, sobretudo, de “uma bem talhada casaca”, que não era para qualquer um e sem o que não se entrava em determinados recintos. Finalmente, resta dizer que a grande maioria que aparece nos processos é aquela que trabalha “em mangas de camisa”, com seus pés enfiados em tamancos e “cheirando a cebolas”, eternizados na obra de Aluízio Azevedo.⁵⁹

⁵⁸ “A natureza domingueira, escarnecendo sempre do caixeiro achamboado, atraiçoa-o pobre diabo e denuncia — o a cada passo.” Cf. “O Caixeiro”; *O Iniciador*, 11 de setembro de 1881.

⁵⁹ AZEVEDO, Aluízio. *O cortiço*. 15. ed. São Paulo: Ática, 1984.

Finalmente, elas

As mulheres jogavam um papel central nestas histórias, não só por interferir simbólica e concretamente nas hierarquias entre homens de diferentes classes sociais, mas também porque estes âmbitos de sociabilidade masculina tinham significados específicos para elas. A história da caixeira Maria da Conceição mostra como, também para elas, estes significados envolvem uma complexa mistura de lazer e trabalho. Para ela, trabalhar no comércio da diversão significava reivindicar um espaço de autonomia em meio a um âmbito onde o trabalho feminino era sistematicamente entendido como exploração sexual.

Recém chegada de Portugal, Maria, então com 33 anos, teria pedido “proteção e amparo” (nas palavras dele) ao conterrâneo Augusto Sande, de 28 anos, que estava no Brasil havia onze meses e trabalhava no comércio. Sande conhecia Maria desde Portugal como “moça trabalhadeira e regularmente comportada”. Por pouco mais de três meses, ela trabalhou com costuras de roupas brancas em casa. A história feliz, para ele, terminou quando Maria travara contato com mulheres “de mau comportamento”, que a convenceram a trabalhar como caixeira de uma casa de *chopps* no centro do Rio, posição esta que era “sabidamente pouco honesta”⁶⁰.

A situação explodiu quando no dia 14 de novembro de 1911, Maria chegara tarde em casa, por volta de duas da manhã, em companhia de duas mulheres “duvidosas” e um outro homem, com o qual conversava e ria “com grande algazarra”. Sande teria visto o grupo da janela de casa. Em sua justificativa posterior por ter espancado Maria, ele argumentou temer que ela, “um tanto embriagada”, pudesse ser “açulada por suas companheiras” e “levada” pelo homem que as acompanhava. Mesmo assim, negou o espancamento, afirmando que tentara “brandamente” convencê-la a entrar, mas ela se atirou no chão “como uma possessa”.

Ambos eram imigrantes e foram se juntar ao enorme contingente de portugueses que trabalhava no comércio carioca. Ele trabalhara no *Parc Royal* e no período do processo trabalhava já na *Casa Colombo*, desde então uma das mais conhecidas e frequentadas confeitarias do Rio de Janeiro. Este era reconhecidamente um bom posto, e um forte argumento para afirmá-lo como “trabalhador e honesto”. No caso de Maria, o próprio trabalho — o mesmo do amásio — a detratava.

O que salta aos olhos no argumento de defesa de Sande é a insistente tentativa de reafirmar a falta de vontade própria de Maria, que agia sempre por (“má”) influência alheia, como quando foi “convencida” a trabalhar na casa de *chopps*. Quando ele temeu que sua companheira “fosse” com o homem com quem conversava, era porque suas “más conselheiras [...] talvez pretendiam” que aquele “a levasse consigo”. Sande parecia estar convencido (ou tentava se convencer ou aos outros homens) de que ainda que Maria se decidisse a passar a noite com outro homem, não seria por decisão própria. No seu depoimento, Maria disse que quando voltava do trabalho parou para conversar com um amigo que encontrou na rua, quando seu amásio chegou e a jogou ao chão com uma bofetada.

No inquérito, o empregado do foro que passava de carro e decidiu parar e denunciar a agressão foi bastante incisivo ao dizer que viu Sande espancar Maria. Mas perante o juiz ele relativizou suas afirmações, influenciado aparentemente por uma visão de gênero compartilhada com Sande:

“na delegacia a própria ofendida confessou que era amante do acusado, com quem sempre pernoitava” e que “o fato fora motivado por ela ter conversado com intimidade com um frequentador da casa de chopps, onde era empregada.” A testemunha reafirmou que vira o espancamento “a socos e pontapés”, mas o fato de que Maria vivia com Sande e estava na rua conversando com outro homem — além de ser empregada de uma casa de chopps — parecia justificar a agressão.

Mesmo que tenha mudado seu depoimento por instrução do advogado de Sande, esta testemunha evidenciava um sentido comum no período sobre os limites da intervenção do Estado em dimensões privadas das vidas das pessoas — dimensões em que um homem deveria ter autonomia para controlar sua própria mulher.

Os significados eram totalmente distintos do ponto de vista da experiência de Maria. Apesar dos estereótipos mobilizados a partir da agressão, vemos que Maria frequentava casas noturnas sem ser vista como prostituta por seu companheiro. Apesar de estar ali a trabalho, Maria havia bebido e conversava com conhecidos, ou seja, divertia-se. Além disso, ela exercia a profissão de caixeira “sem necessidade para viver”, ou seja, porque queria. Maria parecia desafiar todas as expectativas de Sande de que ela vivesse dependente de sua “proteção”. Era esta independência, e não o perigo de dar um “mau passo”, que o frustrava: quando Maria demonstrou a intenção de trabalhar como caixeira, ele “proibiu que tal coisa se verificasse”. Mas como vimos, a proibição foi “improficua”: Maria insistia em participar do mundo “masculino” de trabalho e lazer.⁶¹

Maria estava longe de ser uma mulher indefesa, vulnerável e dependente da proteção de Sande. Ao tecer redes de proteção no país em que se estabelecera, ela contradizia com suas ações as expectativas de Sande e muitos outros homens. Como muitas outras mulheres, Maria conseguiu compatibilizar seu trabalho e seu status de mulher honrada, pelo menos aos olhos de seu companheiro, até certo ponto. Quando se desatou o conflito com Sande, foi ele que monopolizou o status de trabalhador honrado. A ela restou a acusação de desonra e perigo moral, esperando por uma mão firme que a controlasse.

Masculinidades, classe e agência histórica

Os casos analisados neste artigo nos mostram que a intervenção masculina na vida das mulheres era objeto de constante negociação e disputa entre muitos homens. Lugares sociais tão distintos como bares, teatros, praças públicas, delegacias e as páginas de publicações humorísticas, eram arenas da negociação da legitimidade da ação masculina. Neles, encontramos homens estabelecendo múltiplas associações entre noções de masculinidade e seus empregos e ofícios. Mobilizar para si mesmos, em situações concretas, uma noção “adequada” de masculinidade — que envolvesse ser racional, valente, autônomo, viril — era fundamental para que eles pudessem ter suas ações e escolhas aceitas e reconhecidas como legítimas. Para os profissionais urbanos, para as autoridades republicanas que implementaram a reforma urbana, e para muitos homens ilustrados, infantilizar e feminizar a classe trabalhadora foi um recurso legitimador das muitas tentativas de controlar suas vidas. Mas os encontros e desencontros entre empregados no comércio e diferentes mulheres nos sugerem

⁶¹ A ambigüidade moral do trabalho feminino aos olhos de juizes e legisladores era utilizada como argumento a favor de maridos ou amantes cuimentos. Mulheres pobres que frequentassem lugares de diversão poderiam ser vistas como sexualmente disponíveis. Conferir ESTEVES, Martha Abreu, *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da belle époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Sueann Caulfield mostra o significado da ocupação destes locais de sociabilidade e bohemia masculinas por parte das “mulheres modernas” nos anos 1920 e aprofunda a diferença entre as atitudes masculinas em relação a honra de suas mulheres em situações conflitivas e em situações cotidianas em CAUFIELD, S., *Em Defesa da Honra*, op.cit.

que certas versões de masculinidade também foram fundamentais para legitimar outras relações sociais, hierarquias e identidades.

Pouco tematizadas pela historiografia do trabalho, a identidade e a consciência de classe dos trabalhadores do comércio podem ser iluminadas nas suas experiências de trabalho e diversão cotidiana. Neste sentido, as associações entre masculinidade, status, e agência histórica, tão evidentes em todos estes lugares sociais analisados, constituem um marco imprescindível para analisar também as participações e os interesses de muitas mulheres que se relacionaram com estes trabalhadores. Seu lugar privilegiado de objetos da disputa e da afirmação da agência histórica masculina lhes abriu uma variedade de arenas de negociação e margens de ação — ainda que para isso elas tivessem que agir como objetos do desejo e da diversão dos outros.



Artigo recebido em junho de 2009. Aprovado em agosto de 2009